

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.777 - RS (2019/0258104-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : HUMBERTO JARDIM MACHADO - RS009657  
LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU - RS016972  
PAULO TURRA MAGNI - RS017732  
CRISTIANO DA SILVA BREDAS - RS040466  
ARTHUR SPONCHIADO DE ÁVILA - RS054157  
MARCELO DE MEDINA COELI DA COSTA - RS059723  
**AGRAVADO** : ALBINO PEZZI  
**ADVOGADO** : GILBERTO LEMOS DO NASCIMENTO - RS036778

**DECISÃO**

Trata-se de agravo desafiando decisão que inadmitiu recurso especial, este interposto por ITAÚ UNIBANCO S.A com base no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 357/358):

*APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. APLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.*

*Aplicam-se as disposições do CDC aos negócios jurídicos bancários entabulados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços. Inteligência da Súmula 297 do STJ.*

*JUROS REMUNERATÓRIOS.*

*O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.061.530/RS, submetido ao regime dos recursos repetitivos, sedimentou entendimento de que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios ao patamar de 12% ao ano, sendo cabível a revisão da taxa contratada apenas em situações excepcionais, em que evidenciada a abusividade do encargo, utilizando-se a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central como parâmetro, levando-se em consideração a data da contratação e a natureza do crédito concedido.*

*Caso concreto em que os juros remuneratórios praticados no contato na 690200057824 estão acima da taxa média divulgada pelo Bacen, o que justifica a manutenção da sua limitação.*

*DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA.*

*Consoante entendimento consolidado no Resp nº 1.061.530/RS,*

*submetido ao regime dos recursos repetitivos, o afastamento da mora ocorre apenas quando há cobrança de encargos abusivos durante o período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização de juros). É a hipótese dos autos em que reconhecida a abusividade na cobrança dos juros remuneratórios do contato nº 690200057824.*

**LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.**

*É lícita a cláusula que prevê o desconto em folha de pagamento dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social.*

*Contudo, os descontos em folha de pagamento de beneficiário do INSS devem respeitar os limites previstos em lei, consoante Lei n. 10.820/03.*

*No caso em apreço, restou demonstrado que os descontos efetuados nos benefícios previdenciários do autor não excedem o limite legal.*

*DANO MORAL. Embora a ação revisional tenha sido julgada parcialmente procedente, não restou configurado, na hipótese, abalo ou ofensa ao direito de personalidade da parte autora, o que afasta o pedido de indenização por dano moral.*

**APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA E APELO DA PARTE RÉ PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.**

Opostos embargos declaratórios, foram acolhidos com efeitos infringentes às fls. 380/385.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1º e 4º, IX da Lei 4.595/64; 39, 51 e 52, II do CDC, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que *"os juros praticados só poderiam ter sido considerados abusivos se cobrados em patamar superior a 189,30% ao ano, percentual este que representa uma vez e meia a média divulgada pelo BACEN"* - (fl. 398).

É o relatório. Decido.

O entendimento exposto por este Tribunal Superior, para que se admita a abusividade nos juros, é no sentido de que não basta o fato de a taxa contratada suplantiar a média de mercado, de modo que a vantagem exagerada, justificadora da limitação judicial, deve ficar cabalmente demonstrada em cada caso concreto, ante as peculiaridades da

demanda.

No caso, a Corte de origem concluiu:

*Na esteira do entendimento sedimentado pelo STJ, para verificação da configuração de abusividade, deve-se fazer um comparativo entre as taxas de juros exigidas pela instituição financeira e as constantes da tabela divulgada pelo BACEN, observando-se as mesmas operações de crédito<sup>1</sup> e atentando-se para a data do pacto entabulado.*

*Portanto, tão somente nas situações em que restar cabalmente demonstrada a abusividade do encargo é que se admite a limitação dos juros contratados pelas partes.*

***Dito isso, conclui-se ser cabível a revisão da taxa de juros contratada apenas em situações excepcionais, em que evidenciada a abusividade do encargo, utilizando-se a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central como parâmetro, levando-se em consideração a data da contratação e a natureza do crédito concedido.***

*Ademais, salienta-se que, apesar de não se desconhecer a existência de entendimento contrário, a posição majoritária desta Câmara, no exame de eventual abusividade, é no sentido de inadmitir "margem de tolerância" entre os parâmetros, ou seja, basta que as taxas estipuladas no contrato revisando extrapolem a taxa média de mercado divulgada pelo BACEN.*

*(...)*

***No caso dos autos, em relação ao contrato n<sup>o</sup> 690200057824, firmado em 22/03/2016, a taxa de juros remuneratórios foi contratada no percentual de 7,67% ao mês e 145,74% ao ano (fl. 134).***

***De outro lado, a taxa média de mercado registrada pelo BACEN, para o mesmo período e contrato é de 126,20% ao ano<sup>2</sup>, como bem explicitado na sentença (fl. 236v.)***

***Desse modo, verifica-se que os encargos praticados, no contrato destacado, extrapolam a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, sendo, portanto, mantida a sua limitação.***

Destarte, para derruir a afirmação das instâncias ordinárias, que com amparo nos elementos de convicção dos autos, considerou cabalmente demonstrada a abusividade da taxa contratada, seria imperioso proceder ao reenfrentamento do acervo fático probatório dos autos, providência vedada no âmbito estreito do recurso especial ante o óbice das súmulas 5 e 7/STJ.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE DA TAXA CONTRATADA EM RELAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. SÚMULA N. 7/STJ.*

*1. É inviável a aplicação da taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato na hipótese em que a Corte a quo tenha considerado cabalmente demonstrada sua abusividade em relação à taxa média do mercado. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.*

*2. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 459.129/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 08/04/2014)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA CASA BANCÁRIA. (...)*

*2. Para derruir a conclusão do acórdão estadual, quanto à existência de abusividade da taxa de juros remuneratórios pactuada, seria necessário o revolvimento dos meios de convicção dos autos, soberanamente delineados pela instâncias ordinária, providência vedada nesta sede especial a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ. (...)*

*4. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa.*

*(AgRg no REsp 1400263/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 25/04/2014)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. DATA DA CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 e 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. "É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto" (REsp n.1.061.530/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).*

*2. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada. Dissentir*

*de tal conclusão demandaria o reexame da prova dos autos, inviável em recurso especial, em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ. (...)*

*(AgRg no AREsp 436.537/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014)*

Por fim, a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio - por ser inviável a aferição de similitude fática entre os julgados -, e impede o seguimento do presente recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nessa linha, observam-se os seguintes precedentes:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ALEGADA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAUSA PARA EMISSÃO DE DUPLICATAS - SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE RECONHECERAM A VALIDADE DOS TÍTULOS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.*

*1. Demonstrado que o acolhimento das razões do recurso especial torna imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incide o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.*

*2. A incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.*

*3. O dissídio jurisprudencial deve ser minuciosamente demonstrado por meio do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os acórdãos apontados como paradigmas, procedimento não observado pela parte insurgente.*

*4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1137530/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 24/06/2014)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) para R\$ 1.980,00 (mil novecentos e oitenta reais).

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator